

# Senadores criticam prorrogação de mandato no STF

Relator Ramez Tebet pede tempo para analisar melhor o conteúdo da proposta e CCJ adia votação

**Maria Lima**

• BRASÍLIA. A reação de senadores da oposição e do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ao projeto que prevê a reeleição e a prorrogação dos mandatos dos atuais presidentes de tribunais levou ao adiamento da votação da proposta na Co-

missão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado por prazo indeterminado. De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto permite a prorrogação do mandato do ministro Carlos Velloso, no Supremo Tribunal Federal, e impede a posse do ministro Marco Aurélio Mello, o próximo na linha de sucessão no STF. Al-

cântara nega que o texto do projeto tenha sido redigido pelo ministro Nelson Jobim, um dos ministros do STF mais ligados ao Palácio do Planalto, com a intenção de adiar a posse de Marco Aurélio, um dos que mais trabalho têm dado ao governo.

Na sessão da CCJ em que o projeto seria apreciado, sena-

dores da oposição, como José Eduardo Dutra (PT-SE), fizeram pesadas críticas. O relator Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu tempo para analisar melhor o conteúdo, antes de fazer seu relatório.

— Isso não passa de mais um grande casuísmo do Palácio do Planalto — disse Dutra.

O senador Antonio Carlos fi-

cou irritado ao saber do projeto. Explicou que um grupo de parlamentares governistas o convenceram a incluir o projeto na pauta da convocação, argumentando que se tratava de uma lei complementar à Lei de Responsabilidade Fiscal. Na exposição de motivos, Lúcio Alcântara justifica que a idéia é uniformizar a data dos manda-

dos para que coincidam com o fim do exercício fiscal e financeiro de cada tribunal. Mas, na verdade, além da prorrogação dos mandatos em sete meses, o projeto ainda permite a reeleição dos atuais presidentes.

— Gosto muito do Velloso, mas esse projeto deveria ter sido apresentado pelo Supremo — disse Antonio Carlos. ■